



CEPE-MB

Think Tank em Estudos Marítimos

Nesta edição tivemos o privilégio de conversar com o Almirante de Esquadra (Ref^o-FN) Professor Doutor, Alvaro Augusto Dias Monteiro, antigo Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, atualmente Presidente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB).

Almirante Monteiro, após sua destacada carreira, o senhor continua servindo à Marinha nesse segmento de Altos Estudos. O que o levou a esse caminho, onde alcançou o título de Professor Doutor e o cargo de Presidente do CEPE-MB?

Antes de mais nada, não posso deixar de agradecer, e muito, ao Clube Naval, ao nosso Presidente, Almirante Palmer, e ao Almirante Elkfury, Diretor Cultural do Clube, amigos de longa data, por me concederem esta oportunidade de estar aqui trocando ideias com vocês, o que me traz enorme satisfação.

Depois de 46 anos de efetivo serviço tive que ir para a reserva. Na altura, em minhas meditações me perguntava: “o que vou fazer agora?”. Ainda estava me achando suficientemente jovem para outras empreitadas. Decidi, então, iniciar, não uma carreira acadêmica, mas o que eu chamo de uma “aventura acadêmica”, porque, por mais que eu lesse 24 horas por dia, não conseguiria reunir o cabedal de conhecimento necessário para uma verdadeira carreira acadêmica. Inicialmente, fiz MBA de Relações Internacionais na Fundação Getúlio Vargas. Depois, tive a chance de prestar concurso para o Doutorado em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF). Tive sucesso nesse concurso e concluí o doutorado, defendendo minha tese justamente no ano em que completei setenta anos.

O CEPE já existia na Escola de Guerra Naval (EGN). O então Presidente do CEPE, Almirante Mac Dowell, ao tomar conhecimento de que eu estava cursando o Doutorado falou comigo: “você é o cara certo para assumir isto aqui, você topa?”. Eu demonstrei a maior satisfação e gratidão. Posteriormente, o Diretor da EGN, Almirante Garnier, consultou-me, formalmente, se eu aceitaria o cargo, caso meu nome fosse aprovado. O Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), Almirante Monteiro Lopes, aprovou meu



nome e indicou-me ao Comandante da Marinha (CM), Almirante Moura Neto, para presidir o CEPE, que ratificou essa indicação. Sou, portanto, muito agradecido a todos.

Vamos falar um pouco sobre o CEPE-MB, *think tank* em Estudos Marítimos que tem por propósito assessorar o Chefe do Estado-Maior da Armada em Estudos Políticos e Estratégicos de interesse da Marinha, percorrendo o caminho: conhecer, refletir e divulgar. Neste contexto, qual a organização do CEPE-MB e sua estrutura de apoio?

Muito bem, acho que esta é a razão de ser da nossa entrevista. O CEPE foi criado em 1976, na EGN, como Centro de Estudos Avançados. Em 1984, tornou-se Centro de Estudos e, em 1990, Centro de Estudos Político-Estratégicos. Em 2014, quando assumi, o CEPE-EGN já começara a ganhar outras conotações, porque a EGN teve sua proposta de criação de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) – então um Mestrado profissional, hoje já ampliado para Mestrado e Doutorado – aprovado e certificado pelo MEC, o qual foi colocado no CEPE-EGN, juntamente com o Laboratório de Simulação de Cenários, o Núcleo de Estudos de Políticas Marítimas (NEPOLM) e o Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC).

Em 2015, o CM, Almirante Leal Ferreira, disse-me que

queria fazer do CEPE um *think tank* em Estudos Marítimos da Marinha do Brasil. Ele comentou que esteve nos Estados Unidos e que lá “quando Stanford fala, todo mundo ouve”. Portanto, julgava muito importante que a MB tivesse um *think tank* em Estudos Marítimos e contava comigo para implantar o CEPE-MB. O que foi, e continua sendo, muito interessante e desafiador, pois uma das principais tarefas dos *think tanks* institucionais é pensar de forma independente, visando avaliar a validade de seus paradigmas, “as certezas” institucionais, porque uma instituição que não questiona seus paradigmas cognitivos não é capaz de adotar soluções inovadoras; tende a manter seus pensamentos estratificados. É interessante ressaltar que os *think tanks* institucionais vivem uma performance complexa, porque é preciso distância do pensamento institucional para poder avaliar sua validade, sem perder, porém, a afinidade com a razão de ser da instituição. Essas “distância” e “afinidade” conferem uma conotação muito curiosa ao CEPE-MB, pois se a posição, pareceres e estudos do CEPE-MB caracterizam-se pela “distância”, não representando a posição formal da Marinha, seus trabalhos são desenvolvidos, contudo, dentro de um contexto de “afinidade” com a MB.

Quando recebi a tarefa de implantar o CEPE-MB, cheguei a pensar em organizar uma OM com semiautonomia administrativa, mas, ao aprofundar os estudos, verifiquei que as atividades que estavam, naquele momento, a cargo do CEPE eram em sua grande maioria institucionais, ligadas à EGN. Propus, então, que a EGN recebesse tudo o que estava com o CEPE, mediante a criação de uma Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, o que proporcionou grande harmonização e equilíbrio em sua organização. Atualmente, quando se observa o organograma da EGN, temos, a “boreste”, o Diretor, o Superintendente de Ensino e os cursos de carreira, inteiramente vinculados ao Sistema de Ensino Naval, regulado pela MB. Já a “bombordo”, temos o Reitor, que é o Diretor, o Pró-Reitor, que é o Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação, e o PPGEM, que se submete, é inspecionado e atende aos requisitos estabelecidos pelo MEC. Encontra-se, assim, perfeitamente definida a área de atuação de cada setor da EGN, o que tem apresentado ótimos resultados, tanto é que, na primeira avaliação do MEC, o PPGEM passou da nota três para a nota máxima cinco, o que não é comum, sendo aceito o Doutorado, demonstrando que a atividade está sendo muito bem conduzida.

E aí vem a pergunta: e o CEPE-MB? Desenvolvemos um conceito relativamente novo na Marinha – espero que ele se espalhe – que foi transformar o CEPE-MB em uma organização epistêmica, baseada no conhecimento e não na presença, em seu efetivo, do pessoal que detém o conhecimento. Temos o costume de, em regra geral, concentrar o pessoal que conhece determinado assunto na OM encarregada de desenvolvê-lo. O CEPE-MB, dife-

rentemente, trabalha com provedores de conhecimento, contactando e solicitando a contribuição de quem detém o conhecimento necessário para determinado trabalho onde quer que esteja. Assim, de acordo com seu estatuto, o CEPE-MB conta fisicamente em seu efetivo apenas com seu Presidente, um Almirante da reserva, um Coordenador-Geral, um Coordenador Assistente e duas Praças. O Presidente do CEPE-MB é diretamente subordinado ao CEMA. No momento, o Presidente do CEPE-MB tem Doutorado; o Coordenador-Geral e o Coordenador-Assistente, Mestrado.

Há ainda um Conselho Consultivo, formado por oito Almirantes da reserva, designados pelo CM, tendo o Presidente do CEPE-MB e o Diretor da EGN como membros natos. Quando, por exemplo, o CEMA ou o CM julgam conveniente, trocam ideias com esse Conselho. Existe, ainda, um Corpo de Colaboradores, integrado por cerca de oitenta colaboradores, dentre os quais há almirantes, embaixadores, professores e especialistas em assuntos de interesse, todos voluntários. Há, também, instituições parceiras, tanto no Brasil, como a UFF, por exemplo, e no exterior, como o King’s College e a Universidade de Lisboa. Essas parcerias possibilitam que se conheça pensamentos não necessariamente afinados com o nosso, o que é essencial para que se possa atuar como um *think tank*. Contudo, o mais importante de uma organização epistêmica são os provedores de conhecimento. Como o CEPE-MB é um *think tank* em Estudos Marítimos, a EGN é o principal, seguindo-se a Diretoria Geral de Navegação, no que concerne à segurança marítima e aos estudos do mar, e a Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), nas áreas de política naval e política nuclear.

Em síntese, esse é o CEPE-MB, o *think tank* institucional da MB dedicado aos Estudos Marítimos, embora ainda não se encontre plenamente desenvolvido nem tenha sua relevância perfeitamente compreendida por todo o pessoal da MB. Um *think tank* existe para refletir sobre paradigmas existentes, a fim de bem avaliar se continuam válidos. Daí nosso mote: “**Conhecer, Refletir, Divulgar**”. Primeiramente, **conhecer**, porque não se pode refletir sobre algo que não se conheça bem; então, depois de bem conhecer o objeto em estudo, **refletir** sobre ele; por fim, **divulgar** todos os aspectos decorrentes dessa reflexão. É importante ressaltar que não cabe ao CEPE-MB, como um *think tank*, propor decisões ou linhas de ação a serem adotadas, mas, sim, apresentar os aspectos, vantagens, desvantagens, consequências e considerações, enfim, todos os subsídios concernentes a determinado tema em apreço.

Quais são as atividades conduzidas pelo CEPE e como ocorre a interação com as Escolas de Altos Estudos Militares, do Ministério da Defesa e das três Forças, inclusive a recém-criada Escola Superior de Defesa?



Escola de Guerra Naval, onde encontra-se instalado o CEPE-MB

Embora, eventualmente, possa haver algum contato do CEPE-MB com algumas delas, o relacionamento com as Escolas de Altos Estudos Militares é essencialmente desenvolvido pela EGN, uma vez que todas, de modo geral, tratam de abordagens formais das respectivas Forças.

Da mesma forma, como ocorre o relacionamento com a Academia e com destacados pensadores das diferentes áreas de interesse para os assuntos marítimos?

Essa é uma das razões principais para a existência do CEPE-MB: o contato com o meio acadêmico, até mesmo porque a Academia também busca esse contato. Há algum tempo, as Forças Armadas brasileiras, de modo geral, julgavam que assuntos de Defesa e Segurança eram temas de interesse quase exclusivo dos militares, o que não é verdade. Esse é um dos paradigmas que vem sendo questionado. Há outros setores que também se interessam pela Defesa e Segurança e a Academia é um deles. Daí uma das relevâncias do CEPE-MB. Nós como um *think tank*, temos maior liberdade para nos relacionar com a Academia, para debatermos, livremente, com os acadêmicos temas ligados à Defesa e à Segurança, porque nós não expressamos a posição oficial da MB. Se um acadêmico, fruto de sua pesquisa, desejar debater aspectos que julga inerentes à Marinha, quem responde com maior liberdade a suas questões é o CEPE-MB. Obviamente, como essa é uma área em que a “afinidade” está muito presente, o CEPE-MB, em suas respostas, vai procurar guardar coerência com o pensamento formal da Marinha. Mas, efetivamente, se surgirem discordâncias, mal-entendidos ou abordagens equivocadas, a responsabilidade é do CEPE-MB e não da MB, pois o CEPE-MB não expressa o pensamento formal da Marinha.

Quais as contribuições recíprocas entre o PPGEM e o CEPE?

O PPGEM, que inicialmente estava no CEPE, com a reorganização realizada foi para a Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da EGN. É interessante ressaltar que o PPGEM, contando agora com Mestrado e Doutorado, tem sido muito procurado devido ao prestígio da EGN no ambiente acadêmico. Portanto, nessa Superintendência há extraordinários provedores de conhecimento que muito contribuem para os trabalhos e estudos do CEPE-MB. Inclusive, alguns de seus trabalhos, por não refletirem necessariamente o pensamento formal da MB, são divulgados pelo CEPE-MB. Por outro lado, o CEPE-MB, ligado diretamente ao CEMA, tem mais facilidade em atender algumas de suas demandas acadêmicas. De modo que essa relação com o PPGEM e com a SPP da EGN é imprescindível para a consolidação do CEPE-MB.

Quais são os temas mais relevantes estudados recentemente e como são divulgados?

Os assuntos são estudados por iniciativa nossa ou atendendo determinação do EMA ou do CM. No último ano, um dos mais importantes foi “Cenários para o Poder Marítimo em 2040”, submetido ao CEMA e ao CM. São quatro cenários: o mais favorável, o menos favorável, o menos desfavorável e o muito desfavorável. São estudos prospectivos em que são definidos indicadores de cada cenário, cuja ocorrência vai apontar qual cenário tem maior probabilidade de acontecer, e o que fazer para evitar sua ocorrência, caso seja cenário desfavorável. É importante ressaltar que a razão maior para o desenvolvimento de trabalhos prospectivos é tentar evitar situações desfavoráveis, procurando interferir proativa-

mente a tempo de evitar sua ocorrência.

Outro trabalho muito interessante é o Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD), do MEC. Concorremos com outros 83 projetos, para doze vagas. Nosso projeto é “O Programa do Submarino Convencional de Propulsão Nuclear brasileiro ante as salvaguardas adicionais da Agência Internacional de Energia Atômica”. Para tanto, tivemos que cadastrar o EMA na CAPES como um instituto de estudos e pesquisa. Tínhamos a intuição que, à medida que o programa fosse tendo êxito, as pressões internacionais para possíveis salvaguardas adicionais iriam aumentar sobremaneira, particularmente porque tal programa está sendo desenvolvido por um Estado não nuclearmente armado. Assim, o propósito maior desse projeto de pesquisa é levantar subsídios que possam ajudar decisores em possíveis futuras negociações. Logo deduzimos, fruto das pesquisas iniciais, que possíveis salvaguardas devem referir-se apenas ao combustível a ser utilizado e não, propriamente, ao submarino para o qual não há nenhuma salvaguarda a considerar. Relevante mencionar que na preparação das simulações a realizar, visando ao levantamento de possíveis soluções a adotar, havia duas variáveis bem valorizadas: o ineditismo e a credibilidade internacional brasileira. Quando surgiu o AUKUS, houve uma série de publicações sobre o assunto. De imediato, percebemos que havíamos perdido o ineditismo, inclusive a maioria dos artigos sequer mencionava o programa brasileiro, e, em alguns artigos, a credibilidade do Brasil também era questionada quando comparado à Austrália. Participam desse Projeto de Pesquisa o EMA (CEPE-MB), a EGN, a UFF e a COPPEAD/UFRJ.

Fizemos, ainda, alguns estudos para o CM; dentre eles destaque: “As Relações Brasil, Estados Unidos e China”; e “O Golfo da Guiné”. Este último foi muito interessante, contando com a participação de representantes do EMA e do ComOpNav. Em uma simulação que fizemos, concluiu-se que a MB podia participar de exercícios liderados por potências extra regionais, mas deveria ter, anualmente, seu próprio exercício, o que já foi realizado este ano, com o Guinex I.

Outro evento muito interessante foi o “Rio Seminar”, sobre armas letais autônomas, que fizemos, na EGN, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Contou com 250 participantes oficiais, entre os quais representantes do: Ministério da Defesa; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Assuntos Estratégicos; EMA; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade de Brasília; além de representantes da Alemanha, Áustria, Chile, China, Estados Unidos, Japão, Rússia, Suécia, Harvard, Cruz Vermelha e ONU. Cada evento desenvolvido pelo CEPE-MB tem seu planejamento explicitado em um projeto conceitual.

Depois de sua realização é elaborado o respectivo relatório técnico o qual, caso não haja restrições, é publicado no site do CEPE-MB.

Qual tem sido a contribuição dos estudos, projetos de pesquisa, seminários e colóquios para as decisões de caráter político e estratégico no âmbito da Marinha?

Quando começamos a implantar o CEPE-MB como *think tank*, logo verificamos que nosso enfoque deveria ser a Marinha do Futuro, a fim de levantarmos subsídios para futuras decisões da Marinha. Não nos cabia a iniciativa de abordar a Marinha de Hoje, nem a Marinha do Amanhã, a não ser que tal nos fosse especificamente solicitado. Recentemente, por exemplo, por solicitação do EMA, fizemos uma pesquisa entre determinados colaboradores com vivência no assunto sobre qual seria a melhor alternativa para a agência da Marinha a ser prevista na proposta da nova Política Marítima Nacional: deve ser uma agência coordenadora independente ou devemos expandir as atividades da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar?

Que orientação o senhor deixaria para as novas gerações de oficiais com relação à continuação de estudos, nos níveis de pós-graduação, sem descuidar da vivência, a bordo ou nas unidades de tropa, essencial para adquirir as competências necessárias ao perfil profissional de oficial combatente?

Essa pergunta é muito interessante e oportuna, pois minha orientação, se é que posso oferecê-la do alto dos meus 74 anos de idade, sendo 46 de serviço na ativa, e em vias de completar mais oito de serviço na reserva, seria para a própria instituição, a Marinha do Brasil, que ainda não vê esses cursos como relevantes para a completa formação de seu pessoal. Determinado dia, um oficial me procurou e disse: “meu sonho é fazer um mestrado no PPGEM. O senhor acha que se eu fizer o concurso eu vou ser perseguido na Marinha?” Olha a peculiaridade da pergunta. Eu lhe disse: “não acredito que seja. Faz o Mestrado, mas não emenda logo no Doutorado; volta para a atividade-fim e depois de algum tempo, se tiver vontade, tenta o Doutorado”. Julgo tais cursos muito úteis para a completa formação de nosso pessoal, e penso que nós na Marinha deveríamos incentivar nosso pessoal a cursá-los, inclusive porque temos, de modo geral, o hábito de só estudarmos, efetivamente, quando estamos cursando nossos cursos de carreira, o que não proporciona continuidade na consolidação do conhecimento adquirido. Ter contato com outras instituições, ter ideia de como nos veem e ter oportunidade de apresentar-lhes nossos pensamentos, em debates francos, a meu ver, só nos traz benefícios. ■